

Ata da 67ª Reunião Ordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 1999, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, presidido pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra, **Francisco Haranaka** e com a presença dos Conselheiros, Osiris Stenghel Guimarães, Mário Manoel das Dores Roque, Leopoldino de Abreu Neto, Luiz Ivan de Vasconcellos, José Silvio Gori, Djalma da Costa Martins, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Pedro Antônio Bueno de Camargo, Airton Galinari, José Manoel Chaves, José Roberto Almeida Corrêa, Alceu Claro Chaves e João Gilberto Cominese Freire. Na abertura da reunião foi procedida a leitura do Termo de Posse de **Francisco Haranaka**, designado representante titular do Bloco do Poder Público, para um período de 2 (dois) anos, conforme Portaria nº 198 de 09 junho de 1999, do Ministério dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 10/06/99. **Abertura da Reunião:** Na abertura dos trabalhos, o Sr. Presidente saudou os Conselheiros dizendo de seu compromisso de empenhar-se com toda a dedicação para que o Conselho cumpra os objetivos que lhe foram deferidos em lei. Disse que espera poder rapidamente atualizar-se quanto a problemática do Porto Organizado e que conta com a colaboração dos Conselheiros, individualmente, independentemente de suas atribuições nas Comissões Permanentes. Espera conhecer os locais de trabalho e toda a estrutura portuária. Em seguida deu conhecimento ao Conselho que, atendendo convocação do Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, esteve em Brasília participando da reunião marcada com Presidentes de CAPs, oportunidade em que o Sr. Ministro disseminou, juntamente com o Sr. Secretário de Transportes Aquaviários, as diretrizes de caráter geral para os Conselhos e que são: promover estudos e estimular ações concorrentes ao desenvolvimento portuário com rebatimento nos segmentos econômicos e sociais; agir proativamente buscando o exercício pleno da Autoridade Portuária; desenvolver mecanismos para o crescimento da navegação por cabotagem; acompanhar o desempenho da Administração Portuária no seu resultado com os usuários, em particular, quanto aos custos repassados e à produtividade alcançada. O Sr. Presidente enfatizou a solicitação do Sr. Ministro dos Transportes que deseja manter contatos mais diretos com os CAPs e receber tempestivamente, informações, solicitações, sugestões e todas as questões suscitadas pelo Conselho sobre o que ocorre no Porto Organizado. Informou, ainda, que a intenção do Sr. Ministro dos Transportes é promover, mais amiúde, reuniões com os Presidentes de CAPs. **Aprovação da Ata:** O Sr. Presidente colocou em discussão e votação as Atas nº 65ª e 66ª que foram aprovadas por unanimidade. **Justificativa de Ausência:** Justificaram ausência os Conselheiros : Eli Nilson da Silva, José Carlos Gomes Carvalho, Carlos Roberto Frisoli, Júlio Monteiro de Souza e Edmilson Negrão. **Operadores Portuários:** Estão qualificados 78 Operadores Portuários. **Fundo de Dragagem :** Pelo Demonstrativo Receita/Despesa, o saldo do mês de maio é de R\$ 3.850.432,66 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos). **Resoluções:** Foi emitida a Resolução nº 02/99 de 16/04/99. **Termo de Posse :** Tomaram posse os Conselheiros, **Mário Manoel das Dores Roque**, reconduzido pela Portaria nº 118 de 14/04/99, publicada no Diário Oficial da União, como titular no Bloco do Poder Público, representante do Município, para um período de 2 (dois) anos, e de Leopoldino de Abreu Neto, reconduzido pela Portaria nº 162 de 10/05/99, como suplente no Bloco do Poder Público, representante do Município, para um período de 2 (dois) anos, publicada no Diário Oficial da União de 11/05/99.

Expediente – Correspondência Expedida: Ofício 19/99 - CAP de 16/05/99 encaminhando à Comissão de Acompanhamento de Dragagem, para conhecimento, cópia do ofício nº 176, da APPA à Capitania dos Portos tratando das questões relacionadas com as Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos de Paranaguá e Antonina. Ofício 20/99 - CAP de 17/05/99 encaminhando à Comissão de Operações Portuárias, para conhecimento, cópias, do ofício da Comissão de Portos/ABTP de 19/05/99 ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, e do ofício nº 187/99 da APPA de 11/05/99 ao Vice-Presidente Executivo da Comissão de Portos ABPT, o primeiro reportando-se a “prejuízos que estão sendo causados pela APPA à operação”, da empresa Cargill S/A, e o segundo, respondendo às acusações e “expressando preocupação quanto a atitude isolada da Cargill, capaz de acarretar prejuízos à comunidade portuária etc...”

Ofício 21/99 - CAP de 28/05/99 : respondendo ao ofício circular nº 11/99 da Secretaria de Transportes Aquaviários do MT e informando que a questão da cabotagem tem sido objeto de discussões e análises no CAP, e encaminhando, a propósito, em anexo, cópia do trabalho constante da Ata da Comissão Tarifária e Orçamentária, que originou a Resolução nº 01/99, também anexa. Ofício 22/99 - CAP de 28/05/99 ao relator da Comissão de Acompanhamento de Dragagem, dando conhecimento que se encontra à sua disposição dois volumes contendo histórico das Dragagens de Aprofundamento do Rio Itiberê e Canal da Galheta, enviados pelo ofício nº 219 de 28/05/99 da APPA.

Correspondência Recebida: Ofício de 12/04/99 da ABPT – Comissão de Portos referente a levantamentos de informações. OGMO. O assunto foi levado ao OGMO a quem cabe atualização dos dados apresentados. Cópia do ofício nº 194 da APPA de 17/05/99 encaminhando ao CAP, cópia do ofício 187/99 de 11/05/99-APPA ao Vice-Presidente da Comissão de Portos da ABPT. Correspondência de 16/06/99, da Secretaria de Transportes Aquaviários do MT, referindo-se sobre a missão do CAP e as diretrizes estabelecidas para os Conselhos. Ofício Circular nº 018 da Secretaria de Transportes Aquaviários do MT de 11/06/99, convidando o Sr. Presidente, Francisco Haranaka, para participar da reunião naquele Ministério, a fim de estabelecer diretrizes de trabalho nos CAPs e outras matérias. Ofício DTPF99/187 - 06 dos Terminais Portuários da Ponta do Félix S/A informando que as instalações dos Terminais Portuários da Ponta do Félix “já estão de posse da licença de operação expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, sem nenhuma exigência e que o terminal está em processo final para obtenção da última licença necessária à operação daquele Terminal”.

Cópia do ofício nº 386 de 24/06/99 da Capitania dos Portos convidando o Presidente da Associação dos Práticos do Paraná, Adriano Vidal, para participar de reunião no próximo dia 28, às 14:00 horas, a fim de tratar da ratificação das Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos. Cópia do ofício nº 387 de 24/06/99 da Capitania dos Portos do Paraná, convidando o Superintendente da APPA, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, para participar da Reunião no próximo dia 28, às 14:00 horas, a fim de tratar da ratificação das Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos. **PROHAGE :** Cedida a palavra ao Dr. Paulo Murta, que representou o Coordenador da Comissão Local, este reportou-se sobre reunião realizada em Vitória com a participação de todos os representantes de Comissões Locais dos PROHAGE, onde foram discutidas propostas e sugestões feitas pela FENAMAR, dentro da política do Programa de provocar as partes, de forma a contribuir na agilização da movimentação de cargas nos portos. Nessa reunião participou o Contra-Almirante José Ribamar Miranda Dias, Secretário Executivo do GEMPO, que reiterou a importância do PROHAGE para harmonização das atividades desenvolvidas pelas autoridades portuárias e seu elo com os usuários, tendo em vista a melhoria do desempenho portuário, e quando for o caso, a modificação da legislação que constitua entraves à atividade portuária.

Informou que foi criada uma subcomissão destinada a harmonizar a questão da visita aduaneira que, com o evento do cólera (março/abril) e em razão da presença mais efetiva da Vigilância Sanitária, acabou causando problemas para liberação das embarcações. Disse que essa subcomissão já realizou reuniões e a última foi conclusiva. O relatório decorrente deverá ser apresentado no próximo dia 08 de julho, na reunião do PROHAGE. Depois referiu-se às denúncias anônimas que acontecem todos os anos sobre desvios de cargas. Disse que a atuação da Receita já foi intensificada em junho, tendo em vista a entrada da Polícia Federal no problema. O assunto foi colocado na pauta do PROHAGE, por solicitação do representante do Ministério dos Transportes, fato que gerou a criação, por parte da APPA, de um grupo de portuários para acompanhar os trabalhos da Receita e Polícia Federais, em razão do desgaste da imagem que essas questões causam ao Porto. Depois, reiterou pedido no sentido de que os usuários do Porto, se utilizem do PROHAGE, através de sugestões, críticas, etc., a fim de possibilitar a melhoria do desempenho portuário. **Relatório Gerencial da APPA** : O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos, após distribuir os relatórios dos meses de abril e maio, reportou-se sobre o mês de maio: **Movimento de Mercadorias** : Carga Geral - 419.069 tons, destaques: madeira, açúcar e congelados; Granel Sólido, 1.475.632 tons; Pátio de Triagem - Movimento 31.804 caminhões; Vagões (soja e farelo) foram descarregados 2.660; **Contêineres** : 15.645 Teus; **Veículos Descarregados** : volks, 2413, Renault, 353, AUDI, 230; **Movimento de Navios**: 157; **Tempos de Espera** - Carga Geral, Fertilizantes, Full-Contêineres, zero dias e **Corredor de Exportação**, 25 dias. **Fatos Relevantes** : Não foi concluído o processo licitatório para contratação dos serviços de batimetria feito pela FUNPAR. Dois outros processos licitatórios foram feitos e anulados. Devido ao assoreamento nos berços do Cais Público, foram iniciados os procedimentos licitatórios para sua dragagem. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, reportando-se a necessidade dos serviços de batimetria (objeto de decisão do CAP), informou que existem reclamações de agências de navegação e comandantes de navio, quanto as profundidades nos berços de atracação, enfatizando sobre a necessidade de se fazer a dragagem, antes que alguma coisa de mais sério aconteça. Disse que o processo de licitação para 5 (cinco) anos se encontra em andamento e que existem dificuldades de ordem financeira para fazer contratação da obra, após a licitação. Depois disse que a APPA, a fim de acompanhar a dragagem, está pretendendo licitar a batimetria para 5 (cinco) anos, dentro do Convênio com a FUNPAR. **Relatório das Comissões** : O Sr. Presidente, à falta de trabalhos a serem apresentados pelas Comissões Permanentes, solicitou aos 4 blocos indicação de seus representantes nas vagas abertas, em decorrência das últimas substituições no Conselho. Ficou decidido que os Blocos farão formalmente as indicações necessárias para completar o conjunto das Comissões. O Sr. Presidente em seguida apresentou e mandou distribuir o Regimento Interno do CAP, sem alterações, mas confeccionado em formato com manuseio mais prático. **Assuntos Gerais** : Livre a palavra, os Conselheiros manifestaram-se em nome de seus respectivos Blocos, saudando o Presidente Francisco Haranaka, empossado nesta data, desejando-lhe sucesso e colocando-se a disposição da presidência para quaisquer eventualidades. Usaram da palavra: Maria do Socorro, pelo Bloco dos Trabalhadores; Mário Manoel das Dores Roque, pelo Bloco do Poder Público; José Silvio Gori, pelo Bloco dos Operadores Portuários; e José Manoel Chaves, pelo Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins. Em seguida a Conselheira Maria do Socorro de Oliveira, observando tratar-se de um assunto com certa gravidade, deu conhecimento ao CAP que os Operadores Portuários foram constrangidos a pagar, o que ela chamou de pedágio, para liberação do Certificado Fitossanitário, por parte de Ministério do Agricultura.

Mesmo não tendo dados concretos, a Conselheira entendia que era imperioso que o CAP fizesse diligências para verificar o que realmente estava acontecendo. Depois, reportou-se sobre a redução dos custos, e sobre o esforço dos trabalhadores para contribuir com essa redução e destacou que a imagem do Terminal tem sido divulgada negativamente na área dos cereais. Considerou o assunto grave por se tratar de um órgão federal. O Conselheiro Alceu Chaves, na condição de Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, intervindo, disse que faz parte desse episódio e que está com o problema nas mãos há três semanas. Lembrou, inicialmente, que o Ministério da Agricultura é responsável pela emissão do Certificado Fitossanitário, e que até 7 (sete) anos atrás a situação era terrível. Era insuportável a demora para emissão desse Certificado. A falta de pessoal no Ministério da Agricultura era a causa. Havia uma reclamação generalizada, continuou o Conselheiro, e tudo convergia para a Associação Comercial, por ser o órgão que reunia os empresários da área, até que a Sadia e a empresa Perdigão, para diminuir o impasse, resolveram arcar com os custos adicionais de 2 ou 3 funcionários, para agilizar o trabalho junto aquele Ministério. Com o tempo, constatou-se que precisava de mais pessoal. Houve, então, uma reunião na ACIAP e através da AOPP (Associação dos Operadores Portuários) 13 a 15 empresários assumiram os custos de mais 4 funcionários, para realizar os serviços burocráticos, sem custos para o Ministério da Agricultura. Há um ano e três meses atrás a AOPP, através daqueles 13 a 15 empresários, entendeu que estava tendo prejuízos com aquele compromisso, uma vez que todos eram beneficiados. A solução encontrada foi a ACIAP assumir os custos de 6 funcionários sob a gerência e orientação do Ministério da Agricultura, no intuito de não interromper a agilização no fornecimento dos Certificados Fitossanitários. O serviço foi tão eficiente, que o Escritório de Paranaguá do Ministério da Agricultura passou a ser considerado modelo no Brasil. Depois disse que há três meses atrás mudou a chefia local e os novos dirigentes manifestaram desejo de conversar sobre a situação daqueles 6 funcionários. Como não foi possível, por motivos pessoais, conversar no tempo devido, os 6 funcionários foram devolvidos à ACIAP, sob a alegação de que tinha acabado o convênio e a permanência dos mesmos naquela situação irregular. Protestando contra aquela atitude, o Conselheiro foi a Curitiba, juntamente com o assessor jurídico e mais dois diretores da ACIAP, falar com o Delegado do Ministério da Agricultura, na presença do chefe da Vigilância Fitossanitária de Paranaguá, a fim de resolver a questão. No decorrer da conversa, o sentimento era que se estava criando dificuldades para vender facilidades. Nessa reunião não houve nenhuma oferta. Essa oferta aconteceu dois dias depois, e foi através do chefe da Vigilância Fitossanitária de Paranaguá, que fez uma solicitação de propina no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por mês. Surpreso com a proposta, o Conselheiro disse àquele mensageiro: "você está louco! A ACIAP gasta R\$5.000,00 (cinco mil reais) com os funcionários que banca e já é muito". A fim de preservar seu nome e o da ACIAP, marcou nova reunião com a presença do assessor jurídico da Associação e um outro diretor da entidade, oportunidade em foi confirmado o pedido, agora reduzido para R\$30.000,00 (trinta mil reais) por mês. Continuando, disse que lhe foi dado um prazo para o término das negociações naqueles termos e que esse prazo expira no próximo dia 30. Afirmou que está sendo pressionado e, que na última reunião da diretoria da ACIAP, fez o registro do fato para que conste dos anais da Associação. Depois, informou que possui provas que vai revelar ao Ministro da Agricultura e que, através de um Senador da República, marcou audiência com aquele Ministro, em Brasília, para formular a denúncia. Na sua opinião, instalou-se uma quadrilha no Ministério da Agricultura e essa quadrilha acha que os empresários do Porto estão aí para pagar todos os custos que lhes forem apresentados. Completou manifestando preocupação com os desdobramentos e as possíveis retaliações se nada acontecer para mudar a situação.

A essas considerações graves no seu conteúdo sucedeu no Plenário do CAP um longo debate com participação dos Conselheiros, José Silvio Gori, Osiris Stenghel Guimarães, Maria do Socorro de Oliveira, Pedro Antônio Bueno de Camargo, Airton Galinari e o Dr. Paulo Murta do PROHAGE. Concluída a discussão, ficou decidido que o assunto seria conduzido pelo Presidente da Associação Comercial ao Ministério da Agricultura, como já estava acertado, e o CAP daria conhecimento ao Sr. Ministro dos Transportes da denúncia feita, através de ofício consubstanciado, com cópias para o GEMPO, o PROHAGE, a ACIAP e a APPA. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e as manifestações de apreço por sua designação para o CAP, e encerrou a reunião, marcando a próxima para o dia 16 de julho às 10:00 horas na sala do CAP, tendo eu, **Ivany Marés da Costa**, lavrado a presente Ata que segue assinada por mim, pelo Sr. Presidente e Conselheiros.

